# Fundo Municipal de Saúde de Itapissuma - 2024

R SIQUEIRA CAMPOS, 61 - CENTRO Itapissuma/PE - CEP: 53700-000 CNPI Nº: 11.407.543/0001-44 Telefone: (81) 35481159





Anexo 12, Lei nº4.320/64 2024 htt PREVISÃO INICIAL PREVISÃO ATUALIZADA RECEITAS REALIZADAS SALDO RECEITAS ORCAMENTÁRIAS (a) (d) = (c - b)(b) (c) 14.919.800,00 16.981.272,09 2.061.472.09 Receitas Correntes (I) (Nota 1) 14.919.800,00 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria yog. Impostos br/e Taxas Contribuição de Melhoria SE B alidal Contribuições Contribuições Sociais Contribuições Econômicas Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação igo Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública Receita Patrimonial 700.000,00 700.000,00 256.937,71 Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado Valores Mobiliários 700.000,00 700.000,00 256.937,71 Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização Exploração de Recursos Naturais Exploração do Patrimônio Intangível Cessão de Direitos Demais Receitas Patrimoniais Receita Agropecuária Receita Industrial Receita de Serviços Serviços Administrativos e Comerciais Gerais Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte Serviços e Atividades Referentes à Saúde Serviços e Atividades Financeiras Outros Serviços

14.219.800,00

14.219.800,00

16.724.334,38

Transferências Correntes

2.504.534,38

# Balanço Orçamentário



Transferências dos Estudos e do Distrito Federal e de suas Entidades  Transferências dos Municípios e de suas Intidades  Transferências dos Municípios e de suas Intidades  Transferências dos Municípios e de suas Intidades  Transferências do Instituições Privadas  Transferências do Cutras Instituições Públicas  Transferências do Esterior  Transferências Provenientes de Popósitos Não Identificados  Outras Receitas Contratas  Multas Administrativas, Contratas e Judiciais  Indenizações, Restituições e Ressarcimentos  Bens Direitos e Valores Incruperados ao Património Público  Denais Receitas Correntes  Operações de Crédito  Operações de Crédito  Operações de Crédito Mercado Interno  Operações de Grédito Mercado Interno  Alienação de Bens Indovés  Alienação de Bens Indovés  Alienação de Bens Intengévis  Transferências de Capital  Transferências de Lopital  Transferências de Lopital  Transferências de Unito e de saas Entidades  30.000,000,000,000,000,000,000,000,000,0		Anexo 12, Lei nº4.320 2024	/64		cesse en
California   Cal	DECEITAS ODCAMENTÁDIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Estadades Transferências dos Municípios e de suas Estadades Transferências dos Municípios e de suas Estadades Transferências do Institutojos Priblicas Transferências de Distritojos Priblicas Transferências do Distritor Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados Outros Receitas Correntes Multas Administrativas, Contratusis e judiciais Indentação, Reseltiações e Researcimentus Bens, Direitos e Válores Incorporadas ao Parimónio Público Denas Receitas Correntes Descritos Capital (II) (Nota 2) Researcimentus Operações de Crédito. Mercado Interno Operações de Crédito. Mercado Interno Operações de Crédito. Mercado Interno Alienação de Bens Indoves Alienação de Bens Indoves Alienação de Bens Intoves Alienação de Bens Intoves Transferências de Capital (II) (Nota 2) Receitas de Capital (II) (Nota 2) Receitas de Capital (II) (Nota 2) Receitas de Crédito. Mercado Interno Alienação de Bens Intoves Transferências de Capital (II) (Nota 2) Receitas de Capital (III) (Nota 2) Receitas de Crédito. Mercado Interno Receitas de Crédito. Mer	receitas orçamen tarias	(a)	(b)	(c)	$(d) = (c - b) \qquad \begin{array}{c} s : //c \\ \hline \end{array}$
Transferências do Municípios e de saas Entidades  Transferências do Institutições Privadas  Transferências do Institutições Públicas  Transferências do Euras institutições Públicas  Transferências do Euras institutições Públicas  Transferências do Everiore  Transferências do Everio	Transferências da União e de suas Entidades	14.189.800,00	14.189.800,00	16.619.425,57	2.429.625,57
Transferências do Municípios e de saas Entidades  Transferências do Institutições Privadas  Transferências do Institutições Públicas  Transferências do Euras institutições Públicas  Transferências do Euras institutições Públicas  Transferências do Everiore  Transferências do Everio	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	30.000,00	30.000,00	104.908,81	74.908,81
Transferências de Instituções Públicas  Transferências de Outras Instituções Públicas  Transferências de Outras Instituções Públicas  Transferências de Dessonas Físicas  Transferências de Possonas Físicas  Transferências de Depósitos Não Identificados  Outras Receitas Correntes  Mutas Administrativas, Contratuate s judiciasis  Indentizações, Recituções re Ressarcimentos  Denada Receitas Correntes  Denada Receitas Correntes  Receitas Correntes  Receitas Correntes  Receitas Correntes  Receitas Correntes  Denada Receitas Correntes  Receitas Co	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	nen .gov
Outras Receitas Correntes  Multas Administrativas, Contratais e Judicials  Multas Administrativas, Contratais e Judicials  Multas Administrativas, Contratais e Judicials  Mente Administrativas e Judicials  Mente Administrativas, Contratais e Judicials  Mente Alexando  Mente Administrativas, Contratais e Judicials  Mente Administrativas, Contratais e Ju	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	e poi
Outras Receitas Correntes  Multas Administrativas, Contratais e Judicials  Multas Administrativas, Contratais e Judicials  Multas Administrativas, Contratais e Judicials  Mente Administrativas e Judicials  Mente Administrativas, Contratais e Judicials  Mente Alexando  Mente Administrativas, Contratais e Judicials  Mente Administrativas, Contratais e Ju	Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	pp/v:
Outras Receitas Correntes  Multas Administrativas, Contratais e Judicials  Multas Administrativas, Contratais e Judicials  Multas Administrativas, Contratais e Judicials  Mente Administrativas e Judicials  Mente Administrativas, Contratais e Judicials  Mente Alexando  Mente Administrativas, Contratais e Judicials  Mente Administrativas, Contratais e Ju	Transferências do Exterior	-	-	-	SE I
Outras Receitas Correntes  Multas Administrativas, Contratais e Judicials  Multas Administrativas, Contratais e Judicials  Multas Administrativas, Contratais e Judicials  Mente Administrativas e Judicials  Mente Administrativas, Contratais e Judicials  Mente Alexando  Mente Administrativas, Contratais e Judicials  Mente Administrativas, Contratais e Ju	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	Doc.
Outras Receitas Correntes         - <td>Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>RR.</td>	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	RR.
Demais Receitas Correntes   Sectia Graphial (II) (Nota 2)   842.200,00   842.200,00   303.902,84   353.207     Operações de Crédito	Outras Receitas Correntes	-	-	-	n Cóc
Demais Receitas Correntes   Sectia Graphial (II) (Nota 2)   842.200,00   842.200,00   303.902,84   353.207     Operações de Crédito	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	NOF
Demais Receitas Correntes   Sectia Graphial (II) (Nota 2)   842.200,00   842.200,00   303.902,84   353.207     Operações de Crédito	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	do do
Demais Receitas Correntes   Sectia Graphial (II) (Nota 2)   842.200,00   842.200,00   303.902,84   353.207     Operações de Crédito	Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	DCUIT -
Receitas de Capital (II) (Nota 2)	Demais Receitas Correntes	-	-	-	nt 5, 1
Operações de Crédito - Mercado Interno         -	Receitas de Capital (II) (Nota 2)	842.200,00	842.200,00	303.902,84	-5382297,16
Operações de Crédito - Mercado Interno         -	Operações de Crédito	-	-	-	984f
Operações de Crédito - Mercado Externo         -	Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	ी AI वे-de
Alienação de Bens         — 6.00 Membres         — 6.	Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	VES
Alienação de Bens Móveis	Alienação de Bens	-	-	-	5 DE 738-
Alienação de Bens Imóveis Alienação de Bens Intangíveis	Alienação de Bens Móveis	-	-	-	n OLI
Alienação de Bens Intangíveis  Amortização de Empréstimos  Transferências de Capital  Transferências da União e de suas Entidades  Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades  Transferências dos Municípios e de suas Entidades	Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	
Amortização de Empréstimos         - </td <td>Alienação de Bens Intangíveis</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>700C</td>	Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	700C
Transferências de Capital 842.200,00 842.200,00 303.902,84 -538.297 Transferências da União e de suas Entidades 842.200,00 842.200,00 302.986,23 -539.213 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - 916,61 916 Transferências dos Municípios e de suas Entidades	Amortização de Empréstimos	-	-	-	
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - 916,61 916 Transferências dos Municípios e de suas Entidades	Transferências de Capital	842.200,00	842.200,00	303.902,84	-538.297,16
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	Transferências da União e de suas Entidades	842.200,00	842.200,00	302.986,23	-539.213,77
	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	916,61	916,61
Transferências de Instituições Privadas	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-
	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-



# Balanço Orçamentário

				emt
DECEITAC ODCAMENTÁDIAC	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO http
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	o Di ce.tu
Transferências do Exterior	-	-	-	gitalı ce.pe
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	ment gov
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	e poi br/ej
Outras Receitas de Capital	-	-	-	jp/v;
Integralização de Capital Social	-	-	-	SE Bl
Resultado do Banco Central	-	-	-	Doc.s
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	seam
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-	-	
Demais Receitas de Capital	-	-	-	Código c
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.762.000,00	15.762.000,00	17.285.174,93	1.52 1 2 ,
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	-	-	-	cum
Operações de Crédito Internas	-	-	-	O, R
Mobiliária	-	-	-	ON, e94
Contratual	-	-	-	ALDO 1984fd
Operações de Crédito Externas	-	-	-	AI de
Mobiliária	-	-	-	VES ee-47.
Contratual	-	-	-	DE 738-a
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) (Nota 3)	15.762.000,00	15.762.000,00	17.285.174,93	1.52 3 74,
DÉFICIT (VI) (Nota 7)	-	-	28.416.179,11	VEIH 2ee7/
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.762.000,00	15.762.000,00	45.701.354,04	7000
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	de27
(Utilizados para Créditos Adicionais)	-	-	-	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	
Superávit Financeiro	-	-	-	
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	

# Balanço Orçamentário

-	D	
	Ō	
	G	
	Ξ	
	3	
	ъ	
	Ï	

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	http://e
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f - gf Di
Despesas Correntes (VIII) (Nota 4)	49.657.000,00	48.554.072,17	45.135.091,93	39.311.460,80	39.099.314,78	3.41 <b>6.</b> 9 <b>80</b> ,24
Pessoal e Encargos Sociais	30.543.000,00	32.144.126,45	29.993.921,77	27.108.314,98	26.903.531,36	2.15 <b>6</b> .2 <b>0</b> 4,68
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	te por
Outras Despesas Correntes	19.114.000,00	16.409.945,72	15.141.170,16	12.203.145,82	12.195.783,42	1.26 75,56
Despesas de Capital (IX) (Nota 5)	1.625.000,00	671.673,71	566.262,11	546.579,75	546.579,75	1054 17,60
Investimentos	1.625.000,00	671.673,71	566.262,11	546.579,75	546.579,75	103.411,60
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	RR.A
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	, TEI Cód
Reserva de Contingência (X)	-	-	-	-	-	NOR
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	51.282.000,00	49.225.745,88	45.701.354,04	39.858.040,55	39.645.894,53	3.524.391,84
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	-	-	-	-	-	ILH(cum
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	1	), Ro
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	ONALDO ; c94984fd
Outras dívidas	-	-	-	-	-	- LDC 984fa
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	1	de AI
Dívida mobiliária	-	-	-	-	1	VES
Outras dívidas	-	-	-	-	1	DE 38-a
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII) (Nota 6)	51.282.000,00	49.225.745,88	45.701.354,04	39.858.040,55	39.645.894,53	3.524391,84
SUPERÁVIT (XIV) (Nota 7)	-	-	-	-	-	VEIR
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	51.282.000,00	49.225.745,88	45.701.354,04	39.858.040,55	39.645.894,53	3.52 (391,84
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	de27

# Balanço Orçamentário

ŏ	
ō	
≃	
$\vdash$	
=	
œ	
_	

	Ins	critos				o Assi : https
Execução de Restos a Pagar Não Processados	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	ssinado Di Saldo a Pagando Di
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - d - e)
Despesas Correntes	2.876.230,23	379.752,94	372.229,31	354.873,31	-	2.90 (21) 9,86
Pessoal e Encargos Sociais	1.845.085,12	16.467,85	17.356,00	-	-	1.86 5.5 52,97
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	pp/va
Outras Despesas Correntes	1.031.145,11	363.285,09	354.873,31	354.873,31	-	1.039.588 1.039.1588
Despesas de Capital	244.951,39	122.488,00	122.488,00	122.488,00	-	244,951,39
Investimentos	244.951,39	122.488,00	122.488,00	122.488,00	-	244.951,39
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	TENOR Código c
TOTAL (Nota 8)	3.121.181,62	502.240,94	494.717,31	477.361,31	-	3.14 60 6 ,25

# Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64 2024



	Insc	critos			https
Execução de Restos a Pagar Processados	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagarica nado Di
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c 년) 됩
Despesas Correntes	1.821.799,88	486.895,13	484.315,98	-	1.82423 29,03
Pessoal e Encargos Sociais	1.086.081,39	484.315,98	484.315,98	-	1.08 0 1,39
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	: JO:
Outras Despesas Correntes	735.718,49	2.579,15	-	-	739.297,64
Despesas de Capital	3.979,50	-	-	-	738 257,64 738 257,64 89 29,50
Investimentos	3.979,50	-	-	-	ean.9 <b>79</b> ,50
Inversões Financeiras	-	-	-	-	, TEI Cód
Amortização da Dívida	-	-	-	-	TENOR Código c
TOTAL (Nota 9)	1.825.779,38	486.895,13	484.315,98	-	1.828 3 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5

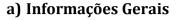
José Bezerra Tenório Filho Prefeito CPF 833.780.303-72

Jason Marcos Ferreira Cavalcanti Junior Contador CPF 04415278418

# Fundo Municipal de Saúde de Itapissuma

# **Nota Explicativa**

**Balanco Orcamentário** Anexo 12, Lei nº4.320/64



### a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Saúde de Itapissuma

CNPI: 11.407.543/0001-44

### a.2. Domicílio da entidade

R SIQUEIRA CAMPOS, 61 CENTRO, Itapissuma – PE CEP: 53700-000

### a.3. Dados do gestor

José Bezerra Tenório Filho

Cargo: Prefeito CPF: 833.780.303-72

## a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Iason Marcos Ferreira Cavalcanti Iunior

CPF: 04415278418

## a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal de Saúde de Itapissuma concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3"Fundo Público da Administração Direta Municipal" #055sui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2024 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1206 de 26 de fevereiro de 2024 (LOA 202\). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

# a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). 10ª Edição. bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STÑ/SOF n° 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC n° 22, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de Dezembro de 2023 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, \*\* NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, \*\* NBC TSP nº 11, Apresentações Contábeis, \*\* NBC TSP nº 11, Apresentações Contábeis, \*\* NBC TSP nº 11, Apresentações Contábeis, \*\* NBC TSP nº 11, Ap TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as segundo a do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normætivas este demonstrativo atende as exigências este demonstrativo atende as exigênci legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

# a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Itapissuma:

Fundo Municipal de Saúde de Itapissuma

# b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

# b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos



adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, re RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por una principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar processados e não processado e não processado e nã processados constando; os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de deseguilíbrio orcamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim. o demonstrativo apresenta consistência entre as contas alhas e mães dos grupos de contas.

## b.2. Bases de mensuração utilizadas

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentarias. De caixa para as receitas e competência para as despessas. O orcamento para o exercício de 2024 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional exportador exercício de 2024 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional exportador exercício de 2024 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional exportador exercício de 2024 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional exercício de 2024 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional exercício de 2024 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão de exercício de 2024 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas até o nível de elemento de exercício de 2024 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento de exercício natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Partella de la como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Partella de la como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Partella de la como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Partella de la como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Partella de la como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Partella de la como restituições, retificações, retificações, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Partella de la como restituições, retificações, retificações, retificações, retificações para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Partella de la como restituições, retificações, retificações, retificações para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Partella de la como retificações para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Partella de la como retificações para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Partella de la como retificações para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Partella de la como retificações para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Partella de la como retificações para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Partella de la como retificações para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Partella de la como retificações para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Partella de la como retificações para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Partella de la como retificações para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Partella de la como retificações para o Fundeb e outros como retificaçõe Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme deterninação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

U.Z.1. U caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são apligações podorão estes recidendos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações podorão estes recidendos activadas en contra de custo, e quando estes recursos são apligações podorão estes recidendos estes recidendos estes recursos são apligações podorão estes recidendos estes recidendo que são ativos financeiros de natureza extraorcamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prázet de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumenta atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumenta atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumenta atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumenta atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumenta atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumenta atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumenta atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumenta atributo das contas para "P" de permanente atributo das contas para da conta

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros quando enliatual financiamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros quando enliatual financiamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros quando enliatual financiamentos; e valores a compensar. HO, RON

### b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados 🛍 valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

### b.2.4. Estoques

bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avalidados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ativos desse item, quando mensuráveis, ativos desse item, quando desse item, quando desse EIRA para perdas.

### b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2023, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2023, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lancamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

### b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

### b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor d ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução recuperável do intangível.

### b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legada Eleja nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Maa Eual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

### b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas atésa data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecêd responsable de la circulante divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecêd responsable de la circulante divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecêd responsable de la circulante divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecêd responsable de la circulante divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecêd responsable de la circulante divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecêd responsable de la circulante de l e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificament de descripción passivo não circulante.

### b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos sãão segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. 🗗 🕅 da Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa DE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação), É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a contra contr cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

### b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas of conhecidas of conhecid é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, obseêvadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) Hos

servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consette no confronte dos variaçãos potrimonials que potrativo (III.). confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o mumeros fluirado para o mumeros fluirado para o mumeros fluirad e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos baka o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apres के 短do na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representado confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

# b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Orçamentário.

# b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanco Orcamentário.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

## c.1 Orcamento do município de Itapissuma – Exercício de 2024

A receita orcamentária prevista para o exercício de 2024 foi de R\$ 15.762.000,00 e a despesa foi fixada no valor de R\$ 51.282.000,00, ocorreram atualizações por meios de decretos de suplenta orçamentárias, basicamente por convênios firmados com orgãos do governo federal e estadual, bem como por remanejamento de dotações orçamentárias visando adequar a realidade dos orgãos sometias de como por remanejamento de dotações orçamentárias visando adequar a realidade dos orgãos sometias de como por remanejamento de dotações orçamentárias visando adequar a realidade dos orgãos sometias de como por remanejamento de dotações orçamentárias visando adequar a realidade dos orgãos sometias de como por remanejamento de dotações orçamentárias visando adequar a realidade dos orgãos sometias de como por remanejamento de dotações orçamentárias visando adequar a realidade dos orgãos sometias de como por remanejamento de dotações orçamentárias visando adequar a realidade dos orgãos sometias de como por remanejamento de dotações orçamentárias visando adequar a realidade dos orgãos do como por remanejamento de dotações orçamentar de como por remanejamento de dotações orçamentar de como por remanejamento de como por remanejamento de dotações do como por remanejamento de como por remanejamento de dotações do como por remanejamento do coc resultando em uma previsão atualizada de R\$ 49.225.745,88, assim distribuídas:

	Lei O	rçamentária	
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
RECEITAS CORRENTES	14.919.800,00	DESPESAS CORRENTES	49.657.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	842.200,00	DESPESAS DE CAPITAL	1.625.000,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA E DO RPPS	0,00
TOTAL	15.762.000,00	TOTAL	51.282.000,00

### c.2. Notas com Referenciadas Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanco facilitando a interpretação dos us tradições:

### **Nota 1: Receitas Correntes**

Nota 2: Receitas de Capital
A previsão de arrecadação corrente de R\$ 2.061.472,09.

Nota 3: Total das Receitas
O total de receitas previstas para o exercício de 2021 conforme Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 15.762.000,00 sendo arrecadado o valor de R\$ 17.285.174,930 que gerou um superávitde arrecadação de R\$ 1.523.174,93. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação foi de 109,66%.

R\$ 1.523.174,93. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação foi de 109,66%.

Nota 4: Despesas Correntes

As despesas correntes adicionais tem-se o valor de R\$ 48.554.072,17, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 45.135.091,93. As liquidações totalizaram R\$ 39.311.460,80, sendo pagos o montante de R\$ 39.099.314,78, restando de economia orcamentária corrente no valor de R\$ 3.418.980,2\$

Nota 5: Despesas de Capital

As despesas de capital fixadas para o exercício de 2024 foram de R\$ 1.625.000,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 671.673,71, o qual serviu de base para o empenhamento no sulor de R\$ 566.262,11. As liquidações totalizaram R\$ 546.579,75, sendo pagos o montante de R\$ 546.579,75, restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 105.411,60

Nota 6: Total das Despesas

A despesa total autorizada para o exercício de 2024 foi de R\$ 51.282.000,00 somando-se os créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 49.225.745,88. O valor total empenhado foi de R\$ 45.701.354,08, IR liquidado R\$ 39.858.040,55, e o pago R\$ 39.645.894,53. A economia orçamentária foi de R\$ 3.524.391,84. O coeficiente de execução foi de 92,84%.

## Nota 7: Resultado Orcamentário

A execução orçamentária compara as receitas arrecadadas R\$ 17.285.174,93, menos as despesas empenhadas R\$ 45.701.354,04, houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ 28.416.179,11. É necessário deixar evidente que este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário.



Orçamento	
Receita	
Realizada	17.285.174,93
Prevista	15.762.000,00
( = ) Excesso de Arrecadação	1.523.174,93
Despesa	
Realizada	45.701.354,04
Previsto	49.225.745,88
( = ) Economia Orçamentária	3.524.391,84
Resultado	
( + ) Receita Realizada	17.285.174,93
( - ) Despesa Executada	45.701.354,04
( = ) Superávit / Déficit de Execução	-28.416.179,11

(+) Receita Realizada
(-) Despesa Executada
(-) Despesa Executada devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2023.

# c.5. Detalhamento das Receitas Intra-Orcamentárias

Foi arrecadado no exercício de 2024 o valor de R\$ 0,00, decorrentes de receitas intra-orçamentárias auferidas entre a PM e o Regime Próprio de Previdência Municipal.

RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	SALDO A REALIZAR (d) = (c)-(b)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

# c.6. Detalhamento das Despesas Intra-Orçamentárias

No exercício de 2024 o valor empenhado de despesas intraorçamentárias foi de R\$ 808.700,00, decorrentes das contribuições previdenciárias em favor do Regime Próprio de Previdência.

DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e)-(f)
DESPESAS CORRENTES	780.000,00	808.700,00	808.700,00	750.722,24	643.038,45	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	780.000,00	808.700,00	808.700,00	750.722,24	643.038,45	0,00

# c.7. Despesa Executada por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário)

Das dotações orcamentárias iniciais somados com os créditos suplementares foi empenhado o valor de R\$ 45.701.354,04

INICIAL   S1.282.000,00   38.424.519,18   32.888.469,41   28.833.589,27   28.626.003,25   5.536.049,77	TIPOS DE CRÉDITO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS	DESPESAS	DESPESAS	SALDO DA	
SUPLEMENTAR   0,00   10.801.226,70   6.283.835,16   5.789.658,36   5.785.098,36   4.517.391,54		INICIAL (d)	ATUALIZADA (e)	EMPENHADAS (f)	LIQUIDADAS (g)	PAGAS (h)	DOTAÇÃO	
SUPLEMENTAR         0,00         10.801.226,70         6.283.835,16         5.789.658,36         5.785.098,36         4.517.391,54           ESPECIAL         0,00         0,00         0,00         0,00         0,00         0,00           EXTRAORDINÁRIO         0,00         0,00         0,00         0,00         0,00         0,00           REMANEJAMENTO         0,00         9.826.535,32         6.529.049,47         5.234.792,92         5.234.792,92         3.297.485,85           TOTAL         51.282.000,00         59.052.281,20         45.701.354,04         39.858.040,55         39.645.894,53         13.350.927,16    8. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA							(i) = (e)-(f)	
ESPECIAL 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,	INICIAL	51.282.000,00	38.424.519,18	32.888.469,41	28.833.589,27	28.626.003,25	5.536.049,77	
EXTRAORDINÁRIO 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,	SUPLEMENTAR	0,00	10.801.226,70	6.283.835,16	5.789.658,36	5.785.098,36	4.517.391,54	
REMANEJAMENTO 0,00 9.826.535,32 6.529.049,47 5.234.792,92 5.234.792,92 3.297.485,85  TOTAL 51.282.000,00 59.052.281,20 45.701.354,04 39.858.040,55 39.645.894,53 13.350.927,16  8. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA	ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL 51.282.000,00 59.052.281,20 45.701.354,04 39.858.040,55 39.645.894,53 13.350.927,16  8. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA	EXTRAORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
.8. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA	REMANEJAMENTO	0,00	9.826.535,32	6.529.049,47	5.234.792,92	5.234.792,92	3.297.485,85	
	TOTAL	51.282.000,00	59.052.281,20	45.701.354,04	39.858.040,55	39.645.894,53	13.350.927,16	
Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.	TOTAL	51.282.000,00	59.052.281,20	45.701.354,04	39.858.040,55			
					u bori			
	ealização de despesas o	•						terior, quanto aos recursos próprios, foram u

As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2023 foram de R\$ 3.301.263,82. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios, foram utilizados per realização de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.

c.10. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário:

As transferências financeiras concedidas somam R\$ 92.723,12. Enquanto as recebidas somam R\$ 20.135.558,84, estas ingressas a título de repasses recebidos, para o exercício financeiro de 2024. 9, 43af-26ec-47,38-43af-26ec-

# d) Outras Informações Relevantes

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

# d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

# Balanço Orçamentário

2027						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO http		
KECETTAS OKÇAMENTAKTAS	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)		
Receitas Correntes (I) (Nota 1)	18.095.000,00	18.095.000,00	8.249.160,68	-9.84 \$ 39,3		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	gital ce.pe		
Impostos	-	-	-	.gov		
Taxas	-	-	-	e poi		
Contribuição de Melhoria	-	-	-	r: JO		
Contribuições	9.395.000,00	9.395.000,00	7.019.440,20	-2.37 <b>5</b> .5 <b>5</b> 9,8		
Contribuições Sociais	9.395.000,00	9.395.000,00	7.019.440,20	-2.37,8.5,59,8		
Contribuições Econômicas	-	-	-	RR./		
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	-	-	-	Сос		
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	-	-	igc		
Receita Patrimonial	700.000,00	700.000,00	20.462,14	-678.597,8		
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	TLH cum		
Valores Mobiliários	700.000,00	700.000,00	20.462,14	ldcumers 600 c		
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização	-	-	-	94 Z		
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	ALDO 1984f		
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	d-de		
Cessão de Direitos	-	-	-	VES		
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	DE 738-a		
Receita Agropecuária	-	-	-	OLI 3af-		
Receita Industrial	-	-	-	VEIR 2ee72		
Receita de Serviços	-	-	-	2000		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	de27		
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	7		
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-			
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-			
Outros Serviços	-	-	-			
Transferências Correntes	-	-	-			

# Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64

,	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO https://e	
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	(a)	(b)	(c)		
Transferências da União e de suas Entidades	-	-	-	b Di	
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	gitali be.pe	
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	gov.	
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	e por	
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	pp/v	
Transferências do Exterior	-	-	-	alidaDoc.s	
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	Doc.s	
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	ean	
Outras Receitas Correntes	8.000.000,00	8.000.000,00	1.209.258,34	-6.796.74E	
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	igo c	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	50.000,00	50.000,00	2.239,73	or ocume	
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	cum	
Demais Receitas Correntes	7.950.000,00	7.950.000,00	1.207.018,61	-6.74 <del>2</del> .99	
Receitas de Capital (II) (Nota 2)	-	-	-	e94	
Operações de Crédito	-	-	-	: e94984fd	
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	dec	
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	e-47	
Alienação de Bens	-	-	-	38-a	
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	Baf-2	
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	dee 72	
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	2000 <sub>6</sub>	
Amortização de Empréstimos	-	-	-	de27	
Transferências de Capital	-	-	-		

Transferências da União e de suas Entidades

Transferências de Instituições Privadas

Transferências dos Municípios e de suas Entidades

Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades

# Balanço Orçamentário



RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO http
RECEITAS URÇAMENTARIAS	(a)	(b)	(c)	(d) = $(c - b)$ $\frac{s:}{e}$
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	o Di
Transferências do Exterior	-	-	-	gitalı ce.pe
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	nent gov
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	br/
Outras Receitas de Capital	-	-	-	pp/va
Integralização de Capital Social	-	-	-	SE E
Resultado do Banco Central		-	-	n: JOSE BEZERRA
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	RR./
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-	-	Có II -
Demais Receitas de Capital	-	-	-	digo d
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	18.095.000,00	18.095.000,00	8.249.160,68	-9.84 <b>5</b> .8 <b>9</b> ,32
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)		-	-	Cum (LH .
Operações de Crédito Internas	-	-	-	O, R
Mobiliária	-	-	-	ONALDO :: e94984fd-
Contratual	-	-	-	984f
Operações de Crédito Externas	-	-	-	AI de
Mobiliária	-	-	-	VES 3e-47
Contratual	-	-	-	DE 38-a
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) (Nota 3)	18.095.000,00	18.095.000,00	8.249.160,68	-9.845-83 <del>9</del> ,32
DÉFICIT (VI) (Nota 7)	-	-	9.451.559,36	VEIR
TOTAL (VII) = (V + VI)	18.095.000,00	18.095.000,00	17.700.720,04	.000
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	de27
(Utilizados para Créditos Adicionais)	-	-	-	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	
Superávit Financeiro	-	-	-	
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	_	



# Balanço Orçamentário

>	$\Box$	
)	Ō	
•	C	
	_	
,	3	
	0	
_	=	

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	ASALDO DA DOF.//e
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f - (f) Di
Despesas Correntes (VIII) (Nota 4)	17.995.000,00	18.095.000,00	17.700.720,04	17.699.520,04	17.699.074,82	39462729,96
Pessoal e Encargos Sociais	17.100.000,00	17.330.000,00	17.302.633,57	17.302.633,57	17.302.633,57	2 <del>0</del> .3 <b>6</b> .3
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	e poi br/ej
Outras Despesas Correntes	895.000,00	765.000,00	398.086,47	396.886,47	396.441,25	36.9 <b>5</b> ,53
Despesas de Capital (IX) (Nota 5)	100.000,00	-	-	-	-	SE B
Investimentos	100.000,00	-	-	-	-	Doc.s
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	RR./
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	Cód
Reserva de Contingência (X)	-	-	-	-	-	igo c
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	18.095.000,00	18.095.000,00	17.700.720,04	17.699.520,04	17.699.074,82	3942299,96
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	-	-	-	-	-	LH.
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	), Re
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	ON A e94
Outras dívidas	-	-	-	-	-	ONALDO :e94984fd
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	de AI
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	VES
Outras dívidas	-	-	-	-	-	DE 38-a
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII) (Nota 6)	18.095.000,00	18.095.000,00	17.700.720,04	17.699.520,04	17.699.074,82	39427 <u>9</u> ,96
SUPERÁVIT (XIV) (Nota 7)	-	-	-	-	-	VEIR
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	18.095.000,00	18.095.000,00	17.700.720,04	17.699.520,04	17.699.074,82	39 279,96
Reserva do RPPS	-	-		-	-	de27

# Balanço Orçamentário

>	U	
)	Õ	
•	Ō	
2	п	
2	=	
•	$\Xi$	
)	œ	
_	_	

	Ins	critos				https
Execução de Restos a Pagar Não Processados	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagara
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - 10 - 10)
Despesas Correntes	3.942,87	155,22	155,22	155,22	3.942,87	nente gov.
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	br/ej
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	pp/v:
Outras Despesas Correntes	3.942,87	155,22	155,22	155,22	3.942,87	JOSEB p/validal
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	EZE Doc.:
Investimentos	-	-	-	-	-	RR.
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	Cód
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	TENOR Código (
TOTAL (Nota 8)	3.942,87	155,22	155,22	155,22	3.942,87	o d <b>9</b> ,00

# Balanço Orçamentário

	Ins	critos			Assii
Execução de Restos a Pagar Processados	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagair na do
	(a)	(b)	(c)	(d)	کو. لرو با کو. درو با (e) = (a + b - c با (e) = (a + b - c با
Despesas Correntes	-	1.162,92	1.162,92	-	nent gov.
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	br/ej
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	; JO;
Outras Despesas Correntes	-	1.162,92	1.162,92	-	pp/validal
Despesas de Capital	-	-	-	-	EZE Doc.s
Investimentos	-	-	-	-	RR.A
Inversões Financeiras	-	-	-	-	, TEI Cód
Amortização da Dívida	-	-		•	NOR ligo (
TOTAL (Nota 9)	-	1.162,92	1.162,92	-	IO FII

Silvânia Maria Bezerra Pottes Monteiro de	Luzia Francisca dos Santos
Diretora Executiva	Contadora
	CRC 013 156/0-9

# **Nota Explicativa**

**Balanco Orcamentário** Anexo 12, Lei nº4.320/64

**CNPJ:** 06.017.837/0001-20



# a) Informações Gerais

### a.1. Nome da entidade

Instituto De Previdência Dos Servidores Municipais De Itapissuma - ITAPISSUMA-PREV

### a.2. Domicílio da entidade

AV DAVID GUERRA DE ARAUJO, 136 CENTRO. Itapissuma – PE CEP: 53700-000

### a.3. Dados do gestor

Silvânia Maria Bezerra Pottes Monteiro de Barros Cargo: Diretora Executiva

CPF:

# a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Luzia Francisca dos Santos CRC: 013.156/0-9

## a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Instituto De Previdência Dos Servidores Municipais De Itapissuma - ITAPISSUMA-PREV concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo 哲地。 da Administração Direta Municipal" possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2024 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1206 de 26 de fevereiro de 2024 (LOA 2024). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fúndo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

# a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10<sup>a</sup> gdição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF n° 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC n° 22, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de Dezembro de 2023 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis BBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as 🔁 🛱 ras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas este demonstrativo atende as exigências este demonstrat legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

# a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Itapissuma:

Instituto De Previdência Dos Servidores Municipais De Itapissuma - ITAPISSUMA-PREV

# b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

# b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômical de la consistência contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômical de la consistência contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômical de la consistência contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômical de la consistência contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômical de la consistência contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômical de la consistência contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômical de la consistência contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamenta de la consistência de la c O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exerciçõe, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um diadiro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar pa processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em casa de desembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em casa de desembro do exercício anterior. deseguilíbrio orcamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas albas e mães dos grupos de contas.

## b.2. Bases de mensuração utilizadas

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentarias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2024 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcionado func natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Pattel - I Procedimentos Contábeis Orcamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determênação

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa
Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicações de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitária. realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentes atribas. 10, RON e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

## b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo

valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

### b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada este esta entrada entra bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

## b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2023, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2023, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lancamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

O imobilizado é composto pelos bens móveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à de amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorpa valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos dinector como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclinitado, i os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível
Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido acordinado de final de finida de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável (impairment).

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal elei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados nelo governo federal sugerimos a utilização de superimos a ut SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

### b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até ata das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente de contas a pagar; obrigações de contas obrigações de contas a pagar; obrigações de contas obrigações passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são qualiadas abrances. Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPEI): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a citação

b.2.11. Provisões
As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente seguranca. São atualizadas até a data das demonstraçãos contratorios. suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) Plos

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial constitute no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provide la confronto da variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ara o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

# b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Orcamentário.

# b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis



# c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

# c.1 Orçamento do município de Itapissuma - Exercício de 2024

A receita orçamentária prevista para o exercício de 2024 foi de R\$ 18.095.000,00 e a despesa foi fixada no valor de R\$ 18.095.000,00, assim distribuídas:

Lei Orçamentária						
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)			
RECEITAS CORRENTES	18.095.000,00	DESPESAS CORRENTES	17.995.000,00			
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00			
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA E DO RPPS	0,00			
TOTAL	18.095.000,00	TOTAL	18.095.000,00			

### c.2. Notas com Referenciadas Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usigações

Nota 1: Receitas Correntes

A previsão de arrecadação de receitas corrente da entidade para o exercício de 2024 foi de R\$ 18.095.000,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 8.249.160,68, o que representa um deficit de arrecadação corrente de R\$ 9.845.839,32.

Nota 2: Receitas de Capital

A previsão de arrecadação de receitas de capital da entidade para o exercício de 2024 foi de R\$ 0,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 0,00, o que representa um déficit de arrecadação de receitas de capital da entidade para o exercício de 2024 foi de R\$ 0,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 0,00, o que representa um déficit de arrecadação de R\$ 0,00.

Nota 3: Total das Receitas

O total de receitas previstas para o exercício de 2021 conforme Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 18.095.000,00sendo arrecadado o valor de R\$ 8.249.160,680 que gerou um déficitde arrecadação de R\$

9.845.839,32. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação foi de 45,59%.

Nota 4: Despesas Correntes

As despesas correntes fixadas para o exercício de 2024 foram de R\$ 17.995.000,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 18.095.000,00, o qual serviu de base para o empenhamento

no valor de R\$ 17.700.720,04. As liquidações totalizaram R\$ 17.699.520,04, sendo pagos o montante de R\$ 17.699.074,82, restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 394.279,96

Nota 5: Despesas de Capital
As despesas de capital fixadas para o exercício de 2024 foram de R\$ 100.000,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 0,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 0,00, sendo pagos o montante de R\$ 0,00, restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 0,00

Nota 6: Total das Despesas

A despesa total autorizada para o exercício de 2024 foi de R\$ 18.095.000,00 somando-se os créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 18.095.000,00. O valor total empenhado foi de R\$ 17.700.720,00

liquidado R\$ 17.699.520,04, e o pago R\$ 17.699.074,82. A economia orçamentária foi de R\$ 394.279,96. O coeficiente de execução foi de 97,82%.

A execução orçamentária compara as receitas arrecadadas R\$ 8.249.160,68, menos as despesas empenhadas R\$ 17.700.720,04, houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ 9. É necessário deixar evidente que este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário.

Orçamento				
Receita				
Realizada	8.249.160,68			
Prevista	18.095.000,00			
( = ) Excesso de Arrecadação	-9.845.839,32			
Despesa				
Realizada	17.700.720,04			
Previsto	18.095.000,00			
( = ) Economia Orçamentária	394.279,96			
Resultado				
( + ) Receita Realizada	8.249.160,68			
( - ) Despesa Executada	17.700.720,04			
( = ) Superávit / Déficit de Execução	-9.451.559,36			

Nota 8: Execução de Restos a Pagar Não Processados
Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 3.942,87, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 155,22. Desde montante foram pagos R\$ 155,22 e cancelados R\$ 60 de Restos a Pagar Processados
Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 0,00

Nota 9: Execução de Restos a Pagar Processados
Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 0,00, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 1.162,92. Desde montante foram pagos R\$ 1.162,92 e cancelados R\$ 60 de Company of the Company of th

# c.5. Detalhamento das Receitas Intra-Orçamentárias

Foi arrecadado no exercício de 2024 o valor de R\$ 3.456.191,15, decorrentes de receitas intra-orçamentárias auferidas entre a PM e o Regime Próprio de Previdência Municipal.

RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	SALDO A REALIZAR (d) = (c)-(b)
RECEITAS CORRENTES	12.220.000,00	12.220.000,00	3.456.191,15	-8.763.808,85
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	12.220.000,00	12.220.000,00	3.456.191,15	-8.763.808,85

# c.6. Detalhamento das Despesas Intra-Orçamentárias

No exercício de 2024 o valor empenhado de despesas intraorçamentárias foi de R\$ 0,00, decorrentes das contribuições previdenciárias em favor do Regime Próprio de Previdência.

DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e)-(f)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

# c.7. Despesa Executada por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário)

Das dotações orçamentárias iniciais somados com os créditos suplementares foi empenhado o valor de R\$ 17.700.720.04

<b>266 100 100</b>	Ų,
	٩
	Я
HANCE SE	Ţ.
面似起来的	•

TIPOS DE CRÉDITO	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO
	ntionie (u)	m oneizhon (c)	EMI EMINIDIO (I)	ElQoiDilbilo (g)	i ridrio (ii)	(i) = (e)-(f)
INICIAL	18.095.000,00	17.591.836,40	17.200.157,16	17.198.957,16	17.198.511,94	391.679,24
SUPLEMENTAR	0,00	503.163,60	500.562,88	500.562,88	500.562,88	2.600,72
ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXTRAORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	18.095.000,00	18.095.000,00	17.700.720,04	17.699.520,04	17.699.074,82	394.279,96

# c.8. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA

Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.

As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2023 foram de R\$ 441.061,49. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios, foram utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do exercício anterior, quanto aos recursos próprios, foram utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do exercício corrente.

# d) Outras Informações Relevantes

# As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2023 foram de R\$ 441.061,49. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios, foram utilizados para de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria. c.10. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário: As transferências financeiras concedidas somam R\$ 3,00. Enquanto as recebidas somam R\$ 9.336.877,71, estas ingressas a título de repasses recebidos, para o exercício financeiro de 2024. Doutras Informações Relevantes d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos Não se aplica a este demonstrativo. d.2. Divulgações não financeiras Não se aplica a este demonstrativo. d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro das operações da entidade. d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

Luzia Francisca dos Santos

Silvânia Maria Bezerra Pottes Monteiro de Barros

Diretora Executiva, CPF Contadora , CRC 013.156/O-9

# Balanço Orçamentário



	2024			nent e em
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO http
KECEI I AS ONÇAMEN I ARIAS	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Receitas Correntes (I) (Nota 1)	5.258.445,00	5.258.445,00	902.271,83	-4.35 <u>£</u> 17 <u>3</u> ,1
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	gital ce.pe
Impostos	-	-	-	ment .gov
Taxas	-	-	-	e po .br/e
Contribuição de Melhoria	-	-	-	r: JOSE B pp/validal
Contribuições	-	-	-	SE E
Contribuições Sociais	-	-	-	EZE Doc.:
Contribuições Econômicas	-	-	-	RR/ sean
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	-	-	-	Cód
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	-	-	igo
Receita Patrimonial	200.000,00	200.000,00	110.386,82	-89,6₺;
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	HILHOGRO
Valores Mobiliários	200.000,00	200.000,00	110.386,82	-8 <u>.</u> 613,
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização	-	-	-	92 2
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	ALDO 1984fd
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	D AL
Cessão de Direitos	-	-	-	VES be-47
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	DE 38-ε
Receita Agropecuária	-	-	-	OLI 3af-;
Receita Industrial	-	-	-	VEIF dee 72
Receita de Serviços	-	-	-	000 A
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	de27
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-		
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	
Outros Serviços	-	-	-	
Transferências Correntes	4.440.000,00	4.440.000,00	788.594,91	-3.651.405,0

# Balanço Orçamentário

	2021			ent en
DECETTAC ODCAMENTÁDIAC	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO http
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	(a)	(b)	(c)	(d) = $(c - b)$
Transferências da União e de suas Entidades	4.440.000,00	4.440.000,00	542.508,87	-3.89 <b>7</b> .4 <b>9</b> 1,
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	246.086,04	246.086
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	gov.
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	e poi
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	pp/νε
Transferências do Exterior	-	-	-	lida.
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	)SE BEZEI ralidaDoc.s
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	ean R.
Outras Receitas Correntes	618.445,00	618.445,00	3.290,10	-61 <u>61</u> 2
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	9 Q
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	618.445,00	618.445,00	3.290,10	-61 <u>6.</u> 19
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	cum
Demais Receitas Correntes	-	-	-	doglocumento:
Receitas de Capital (II) (Nota 2)	230.000,00	230.000,00	103.255,86	o: e <b>644</b> -12 <b>49</b> -124984fil
Operações de Crédito	-	-	-	#LDO 984fd
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-dec
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	e-47
Alienação de Bens	-	-	-	DE 38-ε
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	OLI Baf-2
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	VEIN dee 72
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	000
Amortização de Empréstimos	-	-	-	de27
Transferências de Capital	230.000,00	230.000,00	103.255,86	-126.744
Transferências da União e de suas Entidades	-	-	-	
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	230.000,00	230.000,00	103.255,86	-126.74
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	

# Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64 2024

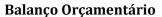
	2024			menta e em
DISCRIPTAGE OF CAMPAIN (DATE)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO HI
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	to Di
Transferências do Exterior	-	-	-	gitah ce.pe
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	.gov
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	.br/ej
Outras Receitas de Capital	-	-	-	:: JO:
Integralização de Capital Social	-	-	-	SE BEZE
Resultado do Banco Central	-	-	-	Doc.sean
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	RR.A
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-	-	Cóc
Demais Receitas de Capital	-	-	-	igo
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	5.488.445,00	5.488.445,00	1.005.527,69	-4.4829 <del>[7]</del>
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	-	-	-	um LH
Operações de Crédito Internas	-	-	-	), R ento
Mobiliária	-	-	-	ON A e94:
Contratual	-	-	-	:e94984fd
Operações de Crédito Externas	-	-	-	de AI
Mobiliária	-	-	-	VES e-47
Contratual	-	-	-	DE 38
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) (Nota 3)	5.488.445,00	5.488.445,00	1.005.527,69	-4.48 <del>7</del> 917,
DÉFICIT (VI) (Nota 7)	-	-	5.282.899,51	VEIR gee 72
TOTAL (VII) = (V + VI)	5.488.445,00	5.488.445,00	6.288.427,20	.A .000
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	de27
(Utilizados para Créditos Adicionais)	-	-	-	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	
Superávit Financeiro	-	-	-	

Reabertura de Créditos Adicionais

# Balanço Orçamentário

П	
ŏ	
Ĕ	
Ĕ	
en	

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOF://e
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f - gf Di
Despesas Correntes (VIII) (Nota 4)	11.459.000,00	7.234.367,51	5.936.336,18	5.932.674,90	5.893.823,02	1.29 <b>6</b> 031,33
Pessoal e Encargos Sociais	7.579.000,00	3.284.608,31	2.960.712,03	2.960.712,03	2.939.368,81	328.896,28
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	e por
Outras Despesas Correntes	3.880.000,00	3.949.759,20	2.975.624,15	2.971.962,87	2.954.454,21	97 <u>%</u> 1 <b>35</b> ,05
Despesas de Capital (IX) (Nota 5)	398.000,00	398.479,43	352.091,02	352.091,02	352.091,02	4 <b>6</b> 388,41
Investimentos	398.000,00	398.479,43	352.091,02	352.091,02	352.091,02	48.388,41
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	RR. A
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	, TEI Cod
Reserva de Contingência (X)		-	-	-	-	NOR igo c
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	11.857.000,00	7.632.846,94	6.288.427,20	6.284.765,92	6.245.914,04	1.34 4.4 19,74
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	-	-	-	-	-	LH cum
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	O, Re
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	ONALDO ; c94984fd
Outras dívidas	-	-	-	-	-	LDG 984fi
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	de AI
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	VES
Outras dívidas	-	-	-	-	-	DE -
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII) (Nota 6)	11.857.000,00	7.632.846,94	6.288.427,20	6.284.765,92	6.245.914,04	1.34 4.19,74
SUPERÁVIT (XIV) (Nota 7)	-	-	-	-	-	VEIR
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	11.857.000,00	7.632.846,94	6.288.427,20	6.284.765,92	6.245.914,04	1.34 2 19,74
Reserva do RPPS	-	-		-	-	de27





	Ins	critos				https
Execução de Restos a Pagar Não Processados	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Paiganado Di
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - ਰੀ - ਵੀ)
Despesas Correntes	509,31	20.033,05	-	-	-	26542,36
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	e poi br/ej
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	∃DO
Outras Despesas Correntes	509,31	20.033,05	-	-	-	2 <del>6.</del> 542,36
Despesas de Capital	93.656,96	-	-	-	-	9 <b>£6</b> 56,96
Investimentos	93.656,96	-	-	-	-	93.6 <b>5</b> 6,96
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	TE, Cod
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	NOR ligo d
TOTAL (Nota 8)	94.166,27	20.033,05	-	-	-	114 199,32

# Fundo Municipal da Ação Social de Itapissuma - 2024 R BARAO DE ITAPISSUMA, S/N - CENTRO

R BARAO DE ITAPISSUMA, S/N - CENTRO
Itapissuma/PE - CEP: 53700-000
CNPJ Nº: 15.291.317/0001-00 Telefone: (81) 35481438

# Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64 2024

	Ins	critos			to Assii
Execução de Restos a Pagar Processados	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar etce.t
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c + d) 121
Despesas Correntes	458,79	74.206,06	73.847,14	-	gov.,71
Pessoal e Encargos Sociais	-	73.756,06	73.397,14	-	br/3 <b>5</b> 8,92
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	pp/v;
Outras Despesas Correntes	458,79	450,00	450,00	-	SI 558,79 lidal
Despesas de Capital	-	-	-	-	EZE Doc.s
Investimentos			-	-	RR A
Inversões Financeiras	-		-	-	, TEI Cód
Amortização da Dívida	-		-	-	NOR

458,79

74.206,06

73.847,14

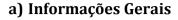
Ediene Maria Tenório Santos Sec. de Ação e Serviço Social CPF 833.974.184-53

TOTAL (Nota 9)

Ronaldo Alves de Oliveira Contador CRC 016677/0-0 ENORICHE RONALDO ALVES DE OLIVEIRA

**Balanco Orcamentário** 

Anexo 12, Lei nº4.320/64



### a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal da Ação Social de Itapissuma

### a.2. Domicílio da entidade

R BARAO DE ITAPISSUMA, S/N CENTRO. Itapissuma – PE CEP: 53700-000

CNPI: 15.291.317/0001-00

a.3. Dados do gestor
Ediene Maria Tenório Santos
Cargo: Sec. de Ação e Serviço Social
CPF: 833.974.184-53

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas
Ronaldo Alves de Oliveira
CRC: 016677/0-0

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade
O Fundo Municipal da Ação Social de Itapissuma concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3"Fundo Público da Administração Direta Municipal" possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2024 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1206 de 26 de fevereiro de 2024 (I.OA 2024). possui como atividade principal "Administração Pública em Geral". Durante o exercício de 2024 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1206 de 26 de fevereiro de 2024 (LOA 2024). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas correntes). capital).

# a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Rdição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF n° 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC n° 22, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de Dezembro de 2023 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis BBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as 🔁 🛱 ras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas este demonstrativo atende as exigências este demonstrat legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

# a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Itapissuma:

Fundo Municipal da Ação Social de Itapissuma

# b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômical de la consistência contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômical de la consistência contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômical de la consistência contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômical de la consistência contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômical de la consistência contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômical de la consistência contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômical de la consistência contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamenta de la consistência de la c O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exerciçõe, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um diadiro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar pa processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em casa de desembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em casa de desembro do exercício anterior. deseguilíbrio orcamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas albas e mães dos grupos de contas.

## b.2. Bases de mensuração utilizadas

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentarias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2024 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcionado func natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Pattel - I Procedimentos Contábeis Orcamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa
Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicações de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitária. realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentes atribas. 10, RON e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

## b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo

valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

### b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada este esta entrada entrada entrada esta entrada bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

## b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2023, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2023, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lancamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à de amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorpa valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos dinetral como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, incl**ini** os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

### b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido acordinado de final de finida de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável (impairment).

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal allei

nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugarimes a utilização. SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

### b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até ata das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente de contas a pagar; obrigações de contas obrigações de contas a pagar; obrigações de contas obrigações

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreentem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos esegregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos esa qualidada diretamente com o fornecedor. Os empréstimos especial de la contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos esa qualidada diretamente com o fornecedor. Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPEI): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a citação

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das damentar a suficiente segurança. suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) Plos

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quendo formatical. e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ara o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

# b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário.



# c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

## c.1 Orcamento do município de Itapissuma – Exercício de 2024

A receita orçamentária prevista para o exercício de 2024 foi de R\$ 5.488.445,00 e a despesa foi fixada no valor de R\$ 11.857.000,00, ocorreram atualizações por meios de decretos de suplementações orçamentágas, basicamente por convênios firmados com orgãos do governo federal e estadual, bem como por remaneiamento de dotações orçamentárias visando adeguar a realidade dos orgãos solicitantes, resultando em como por remaneiamento de dotações orçamentárias visando adeguar a realidade dos orgãos solicitantes. uma previsão atualizada de R\$ 7.632.846,94, assim distribuídas:

	Lei O	rçamentária		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	On Contract of the Contract of
RECEITAS CORRENTES	5.258.445,00	DESPESAS CORRENTES	11.459.000,00	
ECEITAS DE CAPITAL	230.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	398.000,00	
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA E DO RPPS	0,00	े एक किया है जिल्ला के किया है जिल्ला के किया है जिल्ला है जिल्ला है जिल्ला है जिल्ला है जिल्ला है जिल्ला है ज प्राचित्र के बिकार के किया है जिल्ला है
TOTAL	5.488.445,00	TOTAL	11.857.000,00	
2. Notas com Referenciadas seguir serão apresentadas as re		o título "Nota" seguida do respectivo	número, baseadas em gr	upos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos us

Nota 1: Receitas Correntes

A previsão de arrecadação de receitas corrente da entidade para o exercício de 2024 foi de R\$ 5.258.445,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 902.271,83, o que representa um déficit de arrecadação corrente de R\$ 4.356.173,17.

Nota 2: Receitas de Capital

A previsão de arrecadação de receitas de capital da entidade para o exercício de 2024 foi de R\$ 230.000,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 103.255,86, o que representa um déficite de arrecadação corrente de R\$ 1.26.744.14

A previsão de arrecadação de receitas de capital da entidade para o exercício de 2024 foi de R\$ 230.000,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 103.255,86, o que representa um défici**t** de arrecadação corrente de R\$ 126.744,14.

Nota 3: Total das Receitas

O total de receitas previstas para o exercício de 2021 conforme Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 5.488.445,00sendo arrecadado o valor de R\$ 1.005.527,690 que gerou um déficitde arrecadação de R\$ 4.482.917,31. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação foi de 18,32%.

Nota 4: Despesas Correntes

As despesas correntes fixadas para o exercício de 2024 foram de R\$ 11.459.000,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 7.234.367,51, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 5.936.336.18. As liquidações totalizaram R\$ 5.932.674.90, sendo pages o montante de R\$ 5.893.823.02 restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 1.298.031.33

valor de R\$ 5.936.336,18. As liquidações totalizaram R\$ 5.932.674,90, sendo pagos o montante de R\$ 5.893.823,02, restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 1.298.031,33

Nota 5: Despesas de Capital

As despesas de capital fixadas para o exercício de 2024 foram de R\$ 398.000,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 398.479,43, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 352.091,02. As liquidações totalizaram R\$ 352.091,02, sendo pagos o montante de R\$ 352.091,02, restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 46.388,41

# **Nota 6: Total das Despesas**

A despesa total autorizada para o exercício de 2024 foi de R\$ 11.857.000,00 somando-se os créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 7.632.846,94. O valor total empenhado foi de R\$ 6.288.427,20, o liquidado R\$ 6.284.765,92, e o pago R\$ 6.245.914,04. A economia orçamentária foi de R\$ 1.344.419,74. O coeficiente de execução foi de 82,39%.

# Nota 7: Resultado Orcamentário

A execução orçamentária compara as receitas arrecadadas R\$ 1.005.527,69, menos as despesas empenhadas R\$ 6.288.427,20, houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ 5.282.899,51. É necessário deixar evidente que este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário.

Orçamento	
Receita	

ວ Digitalmente

Realizada	1.005.527,69				
Prevista	5.488.445,00				
( = ) Excesso de Arrecadação	-4.482.917,31				
Despesa					
Realizada	6.288.427,20				
Previsto	7.632.846,94				
( = ) Economia Orçamentária	1.344.419,74				
Resultado					
( + ) Receita Realizada	1.005.527,69				
( - ) Despesa Executada	6.288.427,20				
( = ) Superávit / Déficit de Execução	-5.282.899,51				



## Nota 8: Execução de Restos a Pagar Não Processados

Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 94.166,27, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 20.033,05. Desde montante foram pagos R\$ 0,00 e cancelados R\$ 0,00, restando de saldo a pagar R\$ 114.199,32

Nota 9: Execução de Restos a Pagar Processados
Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 458,79, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 74.206,06. Desde montante foram pagos R\$ 73.847,14 e canceladobre Codigo do do comparto de saldo a pagar R\$ 817,71

c.3. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados
Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

c.4. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível deseguilíbrio orcamentário. Não houve também a reabertura de saldos de do gas de securidos de saldos de saldos de do gas de securidos de saldos de saldos

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário. Não houve também a reabertura de saldos de doctados de docta devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2023.

## c.5. Detalhamento das Receitas Intra-Orçamentárias

Foi arrecadado no exercício de 2024 o valor de R\$ 0,00, decorrentes de receitas intra-orçamentárias auferidas entre a PM e o Regime Próprio de Previdência Municipal.

RECEITA	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITA	SALDO A REALIZAR
INTRAORÇAMENTÁRIA	INICIAL (a)	ATUALIZADA (b)	REALIZADA (c)	(d) = (c)-(b)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

# c.6. Detalhamento das Despesas Intra-Orçamentárias

No exercício de 2024 o valor empenhado de despesas intraorçamentárias foi de R\$ 42.411,94, decorrentes das contribuições previdenciárias em favor do Regime Próprio de Previdência.

DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e)-(f)
DESPESAS CORRENTES	454.000,00	54.000,00	42.411,94	42.411,94	36.217,88	11.588,06
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	454.000,00	54.000,00	42.411,94	42.411,94	36.217,88	11.588,06

# c.7. Despesa Executada por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário)

Das dotações orçamentárias iniciais somados com os créditos suplementares foi empenhado o valor de R\$ 6.288.427,20

回發於常回	がはない		犯数数的
	Aces	Doc	

TIPOS DE CRÉDITO	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e)-(f)
INICIAL	11.857.000,00	5.264.274,23	4.892.997,32	4.889.407,99	4.856.738,18	371.276,91
SUPLEMENTAR	0,00	2.368.572,71	1.385.429,88	1.385.357,93	1.379.175,86	983.142,83
ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXTRAORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMANEJAMENTO	0,00	13.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	3.000,00
TOTAL	11.857.000,00	7.645.846,94	6.288.427,20	6.284.765,92	6.245.914,04	1.357.419,74

# c.8. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA

Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.

## c.9. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orcamentárias do Exercício Corrente

As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2023 foram de R\$ 1.668.807,09. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios, foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.

# d) Outras Informações Relevantes

# As disponibilidades de caix a equivalentes de caix a indas do exercício de 2023 foram de R\$ 1.668.807,09. Deste svalores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios, foram utilizados de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria. c.10. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário: As transferências financeiras concedidas somam R\$ 11.523,50. Enquanto as recebidas somam R\$ 5.072.734,80, estas ingressas a título de repasses recebidos, para o exercício financeiro de 2024. (b) Outras Informações Relevantes d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos Não se aplica a este demonstrativo. d.2. Divulgações não financeiras Não se aplica a este demonstrativo. d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade. d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros Não há o que registrar quanto a este demonstrativo. Ronaldo Alves de Oliveira Contador, CRC 016677/IO-0